

"Jardins murados" no empreendedorismo?

É surpreendente a vaga de entidades, de cariz público e privado, que actualmente em Portugal dão corpo ao movimento do empreendedorismo, tendo como principal desígnio abrir horizontes de progresso e de desenvolvimento sustentado para Portugal.

Neste clima de expressiva exaltação do advento dos empreendedores e da indissociável cultura da iniciativa e do risco que já vai pulsando com algum ritmo em Portugal, as inúmeras entidades já existentes, tais como associações, fundações, universidades, fóruns, incubadoras, parques tecnológicos, câmaras municipais e outras importantes entidades de cariz público e privado, primam pelo seu notável empenho na geração de um ambiente verdadeiramente encorajador do tão necessário ecossistema favorável ao empreendedorismo, com as suas inesgotáveis vantagens para a economia nacional.

No entanto, o notável contributo que esta realidade presentemente reflecte para o êxito global do citado ecossistema, não significa, porém, convergência em igual medida na definição do rumo certo para o desenvolvimento futuro do mesmo. Não me parece previsível nem predicável que a manutenção de “jardins murados” dispersos pelo país – por mais propícios e favoráveis que se revelem ao movimento do empreendedorismo – constituam de per si a melhor via para a consolidação de um modelo que permita objectivamente capitalizar as vantagens únicas decorrentes da inovação e da mudança de comportamentos e atitudes com que os jovens de hoje ousam traçar o seu próprio futuro.

Um ecossistema favorável ao empreendedorismo só poderá resultar, a meu ver, se passar a ser visto panoramicamente como um mosaico onde todas as suas peças servem um fim único, sem se olhar (mais) em pormenor apenas esta ou aquela peça ignorando as demais. A saúde global deste ecossistema dependerá, assim, de um modelo único, aberto, transversal e representativo, sem excepção, da generalidade das entidades com responsabilidades nesta matéria, de maneira a diminuir as assimetrias existentes e a dar força à unidade.

Por aqui é o caminho, suponho. E o caminho assinalado parece já estar a ser feito noutros cantos do mundo!

Veja-se, a exemplo, a realidade existente na Malásia. Desde 2004 que existe naquele país o Ministério do Empreendedorismo, criado com o fim único de desenvolver empreendedores malaios, através da criação, a nível nacional, de políticas adequadas e de programas de implementação estratégica cujo principal enfoque reside na disseminação da cultura empreendedora, na execução de programas de formação e orientação, no estabelecimento de condições necessárias ao arranque do negócio e respectivos meios de financiamento e na identificação dos principais sectores comerciais e do mercado alvo.

Posto isto, não fará, porventura, sentido criar também em Portugal um Ministério do Empreendedorismo, apto a promover a prossecução de importantes iniciativas público-privadas e a dar legítima representatividade às variadíssimas entidades existentes, da mais expressiva à de menor representatividade na sociedade portuguesa?

Creio que não será temerário afirmar (pois as razões existentes, se não nucleares, serão seguramente ponderosas) que o citado ministério poderia traduzir-se na estrutura adequada para proporcionar um ambiente encorajador que estimule, à escala nacional – e não apenas local, regional ou sectorial – e simultaneamente nas vertentes pública e privada, o desenvolvimento dos empreendedores portugueses, futuros criadores de riqueza e principal sustentáculo da criação de postos de trabalho.

Lanço, então, à reflexão, duas perspectivas que se impõem: devemos aproveitar esta onda de mudança favorável aos empreendedores portugueses e corporalizá-la num organismo que, imprima a dimensão e a força necessária às inúmeras entidades existentes de molde a integrar o empreendedorismo no âmbito das principais medidas de desenvolvimento da economia nacional?

Ou devemos deixar tão-só surtir os efeitos deste movimento favorável – mas assimétrico – ao empreendedorismo nacional, mesmo correndo o risco de o mesmo vir a declinar, como referem alguns ‘opinion makers’, em mais uma moda, senão mesmo num novo “mito”?

Pela minha parte, prefiro continuar a sustentar a esperança de que este movimento irá autonomizar-se a breve trecho e ganhar um estatuto próprio no âmbito das políticas governamentais deixando de ser apenas um mero incremento programático das grandes áreas da política nacional, como a economia, a educação ou a ciência e tecnologia. Afinal, a esperança é mais forte do que qualquer resignação. E por isso, creio que, apesar de tudo, o empreendedorismo nacional, tal como eu, não se resignará a um destino menor.

*Por Francisco Banha, CEO Gesventure, S.A.
Artigo publicado no Diário Económico em 20 de Setembro de 2007*